

2017

UM ANO QUE NÃO TERMINOU...

**É TEMPO
DE RESISTÊNCIA**
DEPUTADO ESTADUAL
RENATO ROSENO
PSOL

Balanço, ações e ideias do mandato **É Tempo de Resistência**



REAFIRMANDO COMPROMISSOS

Em 2017, nosso mandato completou três anos de atividade parlamentar. Foi um ano marcado, sobretudo, pela denúncia e pela resistência aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas por parte do governo golpista Temer; e também aos seus desdobramentos locais através do governo Camilo.

As ameaças e os ataques contra os setores populares são cada vez maiores e mais profundos: reforma trabalhista e da previdência, o avanço de uma nova agenda de privatizações, alteração dos processos de licenciamento ambiental, redução da maioria penal, transferência da demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, criminalização do aborto mesmo em casos de estupro e muitas leis que tramitam no Congresso sendo formuladas para atender as demandas do poder econômico que dá sustentáculo ao atual governo.

Há também o pânico moral que a direita alimenta entre a população como forma de desviar a atenção dos problemas concretos e urgentes que se abatem sobre o país. Essa guerra de valores é a resposta reacionária aos avanços da cidadania das mulheres e do público LGBT observados ao longo dos últimos 30 anos.

Vivemos, portanto, uma atmosfera política crescentemente insegura e instável, que exige nossos melhores e maiores esforços. É nesse sentido que reafirmamos o caráter plural e coletivo do nosso mandato e prestamos contas do que foi a nossa atuação em 2017, resgatando compromissos anteriores e já antecipando novos desafios para o futuro.

Boa leitura!

UM MANDATO ITINERANTE

O desafio de se fazer presente no maior número possível de territórios e municípios do Ceará se renovou em 2017. **De janeiro a dezembro, andamos por mais de 30 cidades apoiando as lutas populares, fortalecendo os movimentos e dando visibilidade à organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.** A exemplo dos dois primeiros anos de mandato, foram inúmeras agendas contempladas no Interior: seminários, palestras, debates em escolas e universidades, reuniões com o partido e movimentos locais,

acompanhamento de denúncias, entre outras. Confira por onde passamos em 2017: Acopiara, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Bela Cruz, Canindé, Caucaia, Crateús, Crato, Eusébio, Horizonte, Icó, Iguatu, Itaitinga, Itapipoca, Itatira, Limoeiro do Norte, Madalena, Maracanaú, Milagres, Ocara, Quixadá, Quixeré, São Gonçalo do Amarante, Senador Pompeu, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tianguá, Trairi, Ubajara, Várzea Alegre, Viçosa do Ceará.

2017



2016





Lançamento do Fórum Popular de Segurança Pública na Assembleia Legislativa

≡ SEGURANÇA PÚBLICA ≡

Em defesa de uma política humana e cidadã

A segurança pública é um dos problemas mais urgentes na percepção da sociedade. O cenário é de medo, risco, extermínio da juventude, violência sexual, assaltos cotidianos, facções e grupos de crime organizados atravessando a vida cotidiana, em suas performáticas demonstrações de força em grandes assaltos, chacinas ou no controle sobre o sistema prisional.

Nossa atuação parlamentar tem tentado oferecer um contraponto a uma política de segurança que aposta na morte e no encarceramento como saídas e que, de maneira similar nos últimos anos, não alterou seu itinerário de ineficiência e negação dos direitos humanos da população. Esta política tem se notabilizado pelo galopante número de homicídios, projetando o Ceará e suas cidades entre os locais mais perigosos do País (Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, por exemplo).

Rejeitamos esse modelo de segurança ofertado, baseado no modelo de operação policial, onde não há espaço para as estratégias de prevenção, inteligência, que não responsabiliza prioritariamente os crimes contra a vida. Pelo contrário, prioriza o encarceramento baseado nas prisões provisórias, repressão às drogas e crimes patrimoniais. Como decorrência desse quadro, o que temos é a explosão do crime organizado, ampliando seu domínio dentro e fora das unidades prisionais.

Nosso mandato tem procurado desenvolver uma perspectiva de segurança humana cidadã. Para tanto, promovemos uma variada gama de debates acerca da redução da maioria penal e do extermínio da juventude. Também contribuimos para a criação e para o funcionamento do Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios na Adolescência, do qual ocupamos a relatoria, no âmbito da Assembleia Legislativa do Ceará.

Temos pressionado e oferecido ao poder público uma agenda de intervenção clara de prevenção aos homicídios de jovens e adolescentes, que caracterizam um verdadeiro genocídio infanto-juvenil de pobres e negros de nossas periferias urbanas.

Dessa maneira nos conectamos com esforços envidados em anos anteriores por nosso mandato e por organizações que escolheram apostar na defesa da dignidade de adolescentes e jovens, em que o extermínio é deslocado de sua situação de naturalização ou do ineficaz encarceramento que amplia a violência.

Temos buscado apoiar a organização da sociedade civil para produzir uma crítica coesa a esse modelo de segurança ineficaz e violento. Para tanto, é fundamental disputar o imaginário social que clama pelo recrudescimento penal como resposta, organizando um programa de segurança cidadã orientado pela perspectiva de direitos humanos. É essa a perspectiva, por exemplo, do Fórum Popular de Segurança Pública, lançado em novembro de 2017 e que ora dá seus primeiros passos.



PROJETO APROVADO

Semana de prevenção aos homicídios de jovens

Sensibilizar a população acerca do alto índice de mortalidade juvenil no Estado do Ceará e promover o debate entre a sociedade civil e a administração sobre as políticas públicas de prevenção que contribuam para reduzir esse índice. Esse são objetivos da Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens, que foi aprovada no fim de 2017 pela Assembleia Legislativa a partir de projeto de lei de nossa autoria. Pelo texto aprovado, fica instituído esse novo marco no calendário cearense durante a semana do dia 12 de novembro de cada ano, data que, a partir de agora, vai marcar o Dia Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens.



Conversa com alunos da Escola de Ensino Médio José Maria Pontes da Rocha, em Caucaia

FALA, PADRE!

"O encarceramento em massa tem sido uma tragédia para o Brasil. Não só para quem está preso, mas também para toda a sociedade. Quanto mais gente presa, mais aumenta o crime e a violência na cidade. O Brasil já é o terceiro do mundo em termos de população carcerária. Nossa agenda de desencarceramento tem propostas concretas em nível de projetos de leis e de políticas sociais".

Padre Valdir, da Pastoral Carcerária, durante audiência pública sobre políticas de desencarceramento.

Nossas lutas ecossocialistas

Em 2017, o Ceará viveu a culminância de uma seca severa. Nossos açudes terminaram o ano com menos de 9% de suas capacidades de armazenamento. Isso é decorrência de uma política privatista e irresponsável, que promove a injustiça hídrica ao permitir o uso abusivo da água por setores hidroatensivos, poluentes e emissores de CO₂, como as termelétricas e a Companhia Siderúrgica do Pecém.

Nosso mandato tem desenvolvido iniciativas junto aos movimentos e organizações sociais para afirmar o direito à água como um direito humano fundamental e prioritário através de formações, mobilizações, projetos de lei, iniciativas de judicialização dos conflitos, interlocuções com o poder público, etc.

Outras frentes de atuação são as lutas contra a mineração e o projeto de extração de Urânio em Santa Quitéria, em articulação com o Movimento Anti-Mineração (MAM); contra o agronegócio e a fruticultura irrigada marcada pelo uso intensivo de agrotóxicos – com a grave contaminação das águas do aquífero Jandaira (CE/RN) e outras águas subterrâneas –; e contra a privatização das águas do rio Jaguaribe e açude Castanhão.

Nosso mandato também tem se unido às ações do Fórum Popular das Águas do Cariri, que vem empreendendo a luta contra a transposição das águas do São Francisco. No território cearense, no desenvolvimento da obra do Cinturão das Águas, essa obra tem gerado vários impactos, a começar pela desterritorialização de comunidades rurais. Mais recentemente, temos apoiado a luta das comunidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia contra a extração e transferência de suas águas para as indústrias sedentas do CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém).

Com relação ao uso de agrotóxicos, nosso mandato, em conjunto com o PSOL e organizações sociais, têm enfrentando a política de isenção fiscal em âmbito federal e, no contexto estadual, tem questionado a nova lei sobre o tema. Recentemente, um parecer da procuradora-geral da República Raquel Dodge considerou inconstitucionais os benefícios fiscais e tributários a esses produtos. Foi mais um passo na direção do êxito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo PSOL e que questiona a isenção fiscal para agrotóxicos.

Temos incidindo fortemente sobre essa legislação porque ela traz uma série de retrocessos em relação à fiscalização, controle social e monitoramento da produção e do uso dos venenos, potencializando inúmeros riscos para a saúde pública e para o meio ambiente, além de desconsiderar as sugestões da sociedade civil propostas no âmbito do Fórum Cearense de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos (FCCA).

FALA, CACIQUE!

"Eles secaram todos os açudes e agora querem secar o Cauipe pra beneficiar a siderúrgica. E esses poços que estão cavando vão salgar a terra, porque a água sai e o sal entra. Aquelas obras têm de parar. Que sustento eles vão dar pro povo do Cauipe quando a água secar? Vão pescar o peixe é na piscina do governo ou na Barra do Cauipe?"

Cacique Antonio Ferreira, representante do povo Anacé durante audiência pública que discutiu a retirada de água dos mananciais da região do Cauipe para beneficiar as empresas do Pecém.



Audiência pública sobre extração de água do Lagamar do Cauipe

UM DESAFIO POLÍTICO URGENTE

Em 2017, nosso mandato seguiu enfrentando o discurso reacionário disseminado por segmentos conservadores em torno de temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e respeito à diversidade. Tentamos aprofundar nosso trabalho ligado às pautas identitárias porque entendemos que um novo projeto de esquerda, de país e de socialismo deve incluir em seu escopo as lutas dos negros e negras, das mulheres, da comunidade LGBT, dos estrangeiros, das comunidades tradicionais, etc.

Racismo, machismo e classismo são estruturais e se interpenetram na produção da desigualdade em nossa sociedade. Seguir aprofundando as políticas de combate à LGBTfobia é uma absoluta necessidade, na perspectiva da ampliação da democracia e garantia de direitos, considerando essa forma de violência no contexto das violências mais amplas, sob o recorte de classe e gênero. Temos tentado avançar na relação com os movimentos LGBTs e na elaboração de proposições que atendam à comunidade trans, sobretudo. Esse aprofundamento, em tempos marcados por um populismo autoritário, figura como desafio de luta e político.



PROJETO APROVADO

No fim de 2017, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei 269/2017, de nossa autoria, que cria a Semana Janaina Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero no Estado do Ceará. A homenagem faz referência a um dos ícones da luta contra o vírus HIV e contra as violências e estigmas vividos pela população LGBT. Janaina foi presidente do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e foi a primeira travesti a exercer a função de advogada com registro na OAB.

Foto: EBC / Agência Brasil



Manifestante LGBT: contra o preconceito estrutural da sociedade brasileira

FALA, HELENA!

“O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. No Ceará, o caso Dandara, uma travesti que foi morta de forma cruel, gerou comoção nacional, expondo para o mundo inteiro o horror da transfobia. Mas simplesmente a comoção não é suficiente. É preciso construir resposta institucional. É preciso combater as vulnerabilidades que permitem que esses corpos sejam mortos e destruídos”

Helena Vieira, escritora, militante LGBT e assessora do mandato *É Tempo de Resistência*.

Ocupando Ruas e Praças

O ano de 2017 foi marcado por um forte calendário de manifestações contra o golpismo de Temer e seu (des)governo ilegítimo. Diante de sua pauta ultraneoliberal, marcada, sobretudo, pela destruição de direitos trabalhistas e conquistas sociais, as forças populares se rearticularam para promover uma agenda de lutas que atravessou todo o ano e se espalhou por todo o País.

No Ceará, entre outros, tivemos um grande ato contra a reforma da previdência em março e a greve geral do dia 28 de abril, que mobilizou milhões de trabalhadores e trabalhadoras em uma enorme manifestação de rua, diversa, plural, dizendo não ao avanço do golpismo. Nosso mandato participou de todas as manifestações porque entendemos que ou ocupamos ruas e praças ou perderemos as garantias e os direitos que foram conquistados de forma tão árdua ao longo das últimas décadas.

Também estivemos em dezenas de debates procurando compreender e denunciar a conjuntura nacional, dizendo não a um governo espúrio que coloca sobre

as costas do trabalhador e da trabalhadora o peso de uma cruel agenda econômica, marcada pela subserviência da pauta social aos interesses do grande capital financeiro.

Diante desse cenário, nossa avaliação é que as forças de esquerda têm de sair de suas bolhas ideológicas e dialogar não só com seus iguais, mas também com interlocutores de vertentes diferentes. Mas essa necessidade de unidade dos setores da esquerda, entretanto, não pode se dar sem que sejam esquecidas as críticas à atual correlação de poder no Brasil.

Uma janela se abre agora para enfrentarmos essa fragmentação das forças de esquerda, mas se a unidade é séria, ela não pode ter como teto o outubro de 2018. Nossos sonhos não acabam em 2018! Nós não podemos abrir mão da crítica política necessária. A fraternidade só vale se for crítica.

FALA, ISABEL!

"No 8 de março de 2017, nós comemoramos os 100 anos da revolução russa. Além de marcar essa data, nós conseguimos uma grande mobilização internacional paralisando as atividades nesse dia. Denunciando o feminicídio e, sobretudo, o ataque aos direitos trabalhistas, sexuais e reprodutivos. A reforma da previdência nega que as mulheres trabalham muito mais na vida, inclusive de forma não remunerada, através do trabalho doméstico, por exemplo. A reforma é um tremendo ataque às mulheres trabalhadoras, da agricultura, indígenas, jovens, enfim, diversas mulheres que não vão conseguir chegar à aposentadoria".

Isabel Cavalcante, militante feminista e assessora do mandato É Tempo de Resistência





PSOL: CONTRA O AJUSTE LIBERAL E A FARSA MORALISTA

A esquerda terá candidato ao governo do Estado do Ceará em 2018. Durante o VI Congresso Estadual do PSOL, realizado em outubro no Sindicato dos Comerciantes, em Fortaleza, o partido escolheu o nome de Ailton Lopes como pré-candidato a governador.

"Queremos fazer deste ato uma convocação a toda a esquerda social, aos movimentos sociais e ao povo trabalhador. Convocamos todas e todos a se somar na luta por direitos, contra o ajuste liberal e a farsa moralista", saudou Ailton durante o evento.

Participaram do Congresso quase 200 delegados e delegadas representando quase 60 municípios, o que

mostra o enraizamento do partido no estado. Em meio aos inúmeros desafios postos nesta conjuntura, o debate de ideias, a construção coletiva e o exercício da democracia interna são absolutamente necessários.

Foram aprovadas resoluções sobre a conjuntura local e estadual, questões relacionadas ao feminismo, ao ecossocialismo, às lutas da negritude, da juventude e da população LGBT, bem como ao funcionamento interno do partido. Essas são bandeiras que estruturam os diversos setoriais do PSOL, com os quais o nosso mandato mantém permanente interlocução e junto aos quais promove diversas atividades, como debates e seminários.

VI CONGRESSO NACIONAL

Em dezembro, o PSOL realizou seu VI Congresso Nacional na cidade goiana de Luziania. Foi um evento em que a sigla se reafirmou como um protagonista imprescindível para a reorganização da esquerda no Brasil. O encontro aconteceu num momento muito importante da história do Brasil.

De um lado, há uma série de golpes, contra os direitos da classe trabalhadora e contra a democracia, há o avanço do conservadorismo. De outro, há também um conjunto de novas gerações que estão fazendo as lutas mais diversas: as lutas do mundo do trabalho, pra que nenhum direito da classe trabalhadora seja perdido, as lutas dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, as lutas contra quaisquer opressões contra negros e negras, contra a comunidade LGBT, etc.

Esse congresso nacional do PSOL nos reafirma como uma esquerda socialista, revolucionária, internacionalista, anti-racista, anti-homofóbica, democrática, plural, que sabe que o seu lugar e a sua legitimidade vêm das lutas. É preciso, portanto, que o partido esteja dialogando cada vez mais com as classes trabalhadoras. E ele próprio servindo de exemplo para a sociedade que a gente quer.



O MANDATO EM NÚMEROS

25

ATOS PÚBLICOS

(caminhadas, marchas, manifestações)

28/04 GREVE GERAL: contra as reformas trabalhista e previdenciária de Temer



21

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

27/06 - Audiência pública sobre conflitos na zona costeira



39

**VIAGENS/AGENDAS
NO INTERIOR**



16

**PALESTRAS EM ESCOLAS
E FACULDADES**

(Fortaleza e Região Metropolitana)

17

**DEBATES/SEMINÁRIOS
REALIZADOS**

4

**SESSÕES SOLENES
REALIZADAS**



22

**PARTICIPAÇÕES EM
SEMINÁRIOS E DEBATES**

6

**DEBATES EM
OUTROS ESTADOS**

1

**DEBATE EM
OUTRO PAÍS**

12

**REUNIÕES DIVERSAS
(capital e RMF)**

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

6

PROJETOS APRESENTADOS

1

PROJETO APROVADO



Projeto de Indicação 76/2016,
que trata da inclusão dos
servidores públicos militares nas
hipóteses de assédio por parte de
gestores

10

**EMENDAS APROVADAS ÀS
MENSAGENS DO EXECUTIVO**



DESTAQUE:

a partir de emenda apresentada por nosso mandato, as pessoas vivendo com HIV/AIDS passarão a ter gratuidade no uso de transportes do serviço regular metropolitano convencional e do serviço regular metropolitano complementar.



RETROSPECTIVA

(mês a mês)

Nosso terceiro ano de mandato foi marcado por uma intensa produção em cada um dos eixos que norteiam o nosso mandato (Direitos Humanos; Meio Ambiente; Democratização do Poder; Mundo do Trabalho; Terra e Território). Olhando pelo retrovisor de 2017, é difícil escolher o que de mais relevante aconteceu em nossa atuação como deputado estadual, o que de mais importante nos atravessou como espaço coletivo de diálogo e construção da luta por justiça socioambiental.

Assim, escolhemos alguns marcos dessa trajetória para nos ajudar a entender, inclusive, o que teremos pela frente em 2018. É um resumo e também uma aposta. Certamente, muito ficou de fora dessa compilação. É um retrato pontual de um ano muito difícil, mas igualmente intenso; e também a antecipação de um outro ano que se anuncia.

JANEIRO

Marcha pela água, crise econômica e lei dos quadrinhos

O ano começou com eventos como a “Marcha Estadual da Água - por justiça hídrica e água para quem precisa!”, que já antecipava uma das grandes polêmicas socioambientais que marcariam 2017, as obras (ilegais) de extração de água do aquífero Dunas/Cumbuco e do Lagamar do Cauipe. O mês também foi marcado por debates como o “Crise econômica e impactos

na educação”, com Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Irenísia Oliveira, professora do Departamento de Literatura da UFC. Destaque também para o encontro na biblioteca Dolor Barreira, onde falamos sobre a Lei do Quadrinho Cearense, criada por nosso mandato e aprovada pela Assembleia em 2016.



FEVEREIRO

Judiciário, direitos das mulheres e polícia penitenciária

Fevereiro começou com a triste notícia da partida do nosso companheiro Júnior Holanda, educador, militante socialista e lutador das boas causas sociais e ambientais em Senador Pompeu. Sua memória e seu exemplo de dedicação seguem nos inspirando. O mês também trouxe dois bons debates promovidos por nosso mandato. O primeiro com a nossa "anticandidata" ao STF Beatriz Vargas Ramos, que veio a Fortaleza falar sobre os destinos do Supremo e a relação entre o Judiciário e os direitos das mulheres. O segundo com a professora de Direito Penal da UFRJ, Luciana Boiteux, que veio falar sobre a crise do sistema penitenciário brasileiro.



MARÇO

Reforma da previdência, protestos e debates

Março foi marcado pelo primeiro grande ato do ano contra as reformas antipovo do golpista Temer. Fomos às ruas ao lado de dezenas de milhares de pessoas para dizer não à reforma da previdência. No contexto dos protestos, organizamos dois debates sobre o tema, um com a professora Denise Gentil (UFRJ) e o jornalista Vilson Romero (Anfip); e o outro com a professora Rosa Marques. Todos os debates apontando para a mesma conclusão: o déficit da previdência é uma grande falácia midiática e a reforma proposta inviabiliza a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras. Também promovemos debates sobre o Sistema Único de Saúde, com a professora Lígia Bahia (UFRJ); e sobre violência contra crianças e adolescentes, em parceria com a ONG Visão Mundial.





ABRIL

Greve geral e debates sobre os rumos da esquerda

Um dos destaques do mês de abril foi o debate com o Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST). Também participamos da mobilização dos professores de Fortaleza, em greve por reajuste salarial; e dos índios que ocuparam a sede da Funai para protestar

contra as indicações políticas na instituição. Participamos de debates e seminários sobre autismo, sobre o sucateamento do SINE/IDT e sobre juventude. Encerramos o mês participando da grande greve geral que parou o país em protesto contra as reformas de Temer.



MAIO

Cada vida importa. Cultura, arte e política

O mês de maio começou com a apresentação do relatório "Cada Vida Importa", do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência, aos prefeitos cearenses. Em nossa agenda do Interior, estivemos no Cariri, realizando uma audiência pública para discutir os impactos das obras de transposição hídricas sobre as-

sentamentos rurais e comunidades tradicionais. Também promovemos debates sobre temas como a MP 759, que altera as regras de regularização fundiária no campo e na cidade; a inclusão de jovens infratores; e sobre arte e juventude do campo, esse último dentro do nosso ciclo de debates "Cultura, arte e política".

JUNHO

Parque do Cocó. Conflitos fundiários na zona costeira

O primeiro semestre de 2017 se encerrou com um acalorado debate sobre a regulamentação do Parque do Cocó pelo governo do Estado, que trouxe inúmeros problemas em relação à ausência de proteção de áreas como as dunas e de comunidades tradicionais. No Interior, entre outros compromissos e viagens, estivemos no acampamento Hermano Magalhães, em Aracoiaba, conversando sobre a conjuntura política e social atual e o problema fundiário no Brasil. Pesquisa desenvolvida pelo Unicef e apresentada na AL apontou a capital cearense como a cidade mais violenta do País em relação às estatísticas de homicídios de adolescentes. Entre os debates promovidos por nosso mandato, tratamos da agenda de desencarceramento com o coordenador da pastoral carcerária; e dos conflitos fundiários na zona costeira do Ceará.



JULHO

Plebiscito, greves e violência

Começamos o mês de julho retomando o debate sobre a realização de um plebiscito para a reestatização da companhia de energia elétrica do Ceará e denunciando a falta de um plano estratégico para a área de segurança por parte do governo, que insiste em trabalhar apenas com repressão e campanhas publicitárias. O recru-

descimento da violência no Estado fez o Ceará virar manchete na imprensa internacional, que apontou a cidade de Fortaleza como uma das mais violentas do mundo. Entre outras mobilizações populares, estivemos nas ruas apoiando a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da construção civil.



AGOSTO

Dunas do Cocó. Jean Wyllys

O dia 7 de agosto virou marco para a semana Maria da Penha na rede estadual de ensino do Ceará, inserida no calendário oficial do Estado através de lei de nossa autoria. Denunciamos o grave racionamento de exames e medicamentos para pacientes com HIV/AIDS promovido pelo Ministério da Saúde. O Parque do Cocó voltou a ser tema de polêmica por conta de uma manobra realizada pelo prefeito Roberto Claudio e por sua base de apoio que extinguiu a lei municipal que protegia as Dunas do Cocó. Nas ruas, estivemos na Marcha pela Terra dos povos indígenas. Recebemos o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) para uma conversa sobre conjuntura. E também promovemos uma sessão solene para homenagear os 90 anos de fundação do Conselho Penitenciário do Ceará.

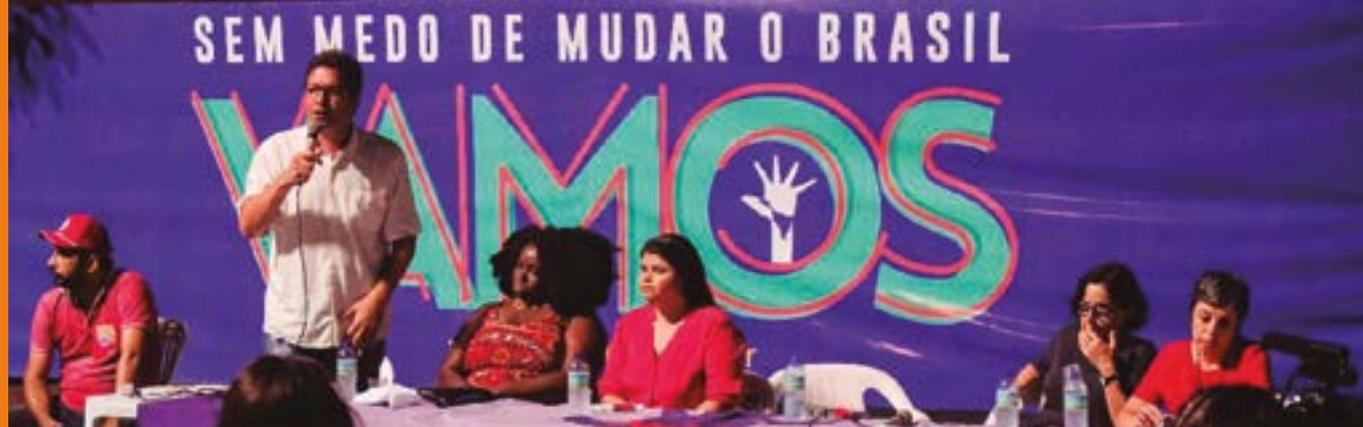


SETEMBRO

30 anos de mudancismo. Guerra pela água

O mês de setembro começou com nosso mandato realizando a primeira edição do ciclo de debates sobre os 30 anos do chamado “mudancismo” no Ceará e uma audiência pública sobre qualidade dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Coletivos de arte e juventude participaram de um debate no Centro Cultural Bom Jardim sobre a relação entre cultura, arte, cidade e resistência. Fomos às ruas ao lado de milhares de homens e mulheres na 23a. Edição do Grito dos Excluídos, reafirmando mais uma vez o compromisso com a justiça social, com o meio ambiente, com a resistência contra os golpistas, com a solidariedade às alteridades. Em Caucaia, começa a mobilização contra as obras de retirada de água do Lagamar do Cauípe. Na AL, conseguimos aprovar projeto de lei que estende o benefício de gratuidade no transporte metropolitano à população vivendo com HIV e AIDS.





OUTUBRO

Escola sem partido. Plataforma Vamos

No começo do mês de outubro, realizamos uma aula pública na frente da AL para discutir o projeto "Escola sem partido". O evento mobilizou estudantes, intelectuais e movimentos sociais e denunciou a tentativa de criminalizar a liberdade de expressão e a luta por justiça social. Prestamos solidariedade aos professores de Maracanaú, em greve por melhores condições salariais e de trabalho; e participamos dos debates da plataforma "Vamos", discutindo democratização da comunicação e da cultura. Nosso mandato promoveu uma

sessão solene em homenagem aos 40 anos do SINE e ajudou no diálogo entre MST e DNOCS sobre o assentamento Zé Maria do Tomé. Também estivemos no encontro nacional de educadores sociais e acompanhamos o debate sobre a revitalização do açude Santo Anastácio. Por fim, estivemos na Assembleia do Rio de Janeiro apresentando a experiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a convite do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ)



NOVEMBRO

Visitas às instalações da Polícia Militar

Uma das primeiras ações do nosso mandato em novembro foi a série de visitas feitas a instalações da Polícia Militar para avaliar as condições de trabalho oferecidas aos profissionais de segurança pública. No Dia Nacional de Lutas, em Fortaleza, trabalhadoras e trabalhadores se deram as mãos para se manifestar contra o cruel programa anti-povo do governo golpista de Temer. O seminário de instalação do Fórum Popular de Segurança

Pública discutiu os modelos adotados na história recente do Ceará. Em visitas a comunidades de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, acompanhamos a luta popular contra as ilegalidades das obras de extração de água do Lagamar do Cauipe promovidas pelo governo Camilo Santana. No plenário, alertamos para a "guerra pela água" em curso no Ceará.

DEZEMBRO

Projetos aprovados. Homenagem a Paulo Freire

Em dezembro, tivemos dois projetos de nossa autoria aprovados no plenário da AL. O primeiro institui o dia 12 de novembro como o Dia Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens e cria uma semana de atividades relacionadas ao tema no calendário oficial do Estado. A data é referência à maior chacina do Estado do Ceará, a Chacina da Messejana. O segundo projeto cria a Semana Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero. A ideia é criar um momento especial de visibilidade para a promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero e conscientizar a comunidade acerca da importância do respeito aos direitos humanos e sobre os direitos da população LGBT. No Interior, estivemos no acampamento Zé Maria do Tomé, conversando com a juventude. Por fim, promovemos uma sessão solene para homenagear a memória de Paulo Freire, recebendo a viúva do educador, Nita Freire.



TRANSPARÊNCIA

Uma das marcas do nosso mandato ao longo desses três anos de atuação parlamentar é a defesa rigorosa da transparência e da boa utilização dos recursos públicos. A começar por nossos próprios gastos. Em 2017, fomos, mais uma vez, um dos mandatos que menos gastou a Verba de Desempenho Parlamentar a que têm direito os deputados e deputadas para custear as despesas de seus gabinetes. Ao todo, foram mais de R\$ 130 mil economizados, saldo que retorna ao Tesouro do Estado.

Acompanhe o detalhamento do custeio do mandato a cada mês:

<http://www.renatoroseno.com.br/transparencia>

Monitore as despesas no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Ceará:

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/transparencia/portal-da-transparencia>

MÊS	VERBA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DO MÊS (R\$)	TOTAL ECONOMIZADO (R\$)
Janeiro de 2017	31.559,90	3.000,00	28.559,90	28.559,90
Fevereiro de 2017	31.559,90	17.120,21	14.439,69	42.999,59
Março de 2017	31.559,90	23.433,40	11.126,50	54.126,09
Abril de 2017	31.559,90	13.768,26	17.791,64	71.917,73
Mai de 2017	31.559,90	29.421,98	2.137,92	74.055,65
Junho de 2017	31.559,90	18.331,68	13.228,22	87.283,87
Julho de 2017	31.559,90	19.559,88	12.000,02	99.283,89
Agosto de 2017	31.559,90	13.496,09	18.063,81	117.347,70
Setembro de 2017	31.559,90	10.605,38	20.954,52	138.302,22
Outubro de 2017	31.559,90	14.533,49	17.026,41	117.965,93
Novembro de 2017	31.559,90	18.863,20	12.696,70	130.662,63
Dezembro de 2017	31.559,90	29.453,90	2.106,00	132.768,63
Total	315.599,00	197.633,07		

Fonte: Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Ceará e Diretoria Geral da ALCE

MANDATO É TEMPO DE RESISTÊNCIA! ≡

Deputado Estadual Renato Roseno - PSOL

Afrânio Castelo

Chefe de gabinete

Andrea Bardawil

Assessoria de cultura

Angeline Carolino

Assessoria Administrativa

Caio Feitosa

Ass. de Direitos Humanos

Cecília Feitoza

Ass. de articulação política

Cícera Barbosa

Assessoria de Educação

Ernesto Sales

**Ass. de Direitos Humanos /
Indígenas e Negr@s**

Érica Pontes

Assessoria de Meio Ambiente

Felipe Araújo

Assessoria de Comunicação

Geovana Patrício

Assessoria Jurídica

Gualter Bezerra

Assessoria Jurídica

Helena Vieira

Assessoria LGBT

Hugo Dantas

Assessoria Jurídica

Isabel Carneiro

**Ass. de Direitos Humanos /
Mulheres**

José Filho

Motorista

Lara Vasconcelos

Assessoria de Comunicação

Lucas Moreira

Assessoria de Comunicação

Lucimar Rocha

Secretária

Margarida Marques

Ass. de Direitos Humanos

Marcel Cabral

Ass. de Movimentos Sociais

Moesio Mota

Ass. de articulação política

Monica dos Santos

Ass. de Movimentos Sociais

Nildo Dantas

Motorista

Paulo Giovani

Ass.Regional / Sertão de

Crateús

Samya Magalhães

Assessoria de Comunicação

Soraya Tupinambá

Ass. de Meio Ambiente

Thais Veras

Assessoria Econômica



EXPEDIENTE:

Jornalista responsável: Felipe Araújo (JP - 01174 - CE) | Projeto gráfico e diagramação: Lara Vasconcelos

Mídias Sociais: Samya Magalhães | Estagiário: Lucas Moreira Victor

É TEMPO | DEPUTADO ESTADUAL | **PSOL**
DE RESISTÊNCIA | **RENATO ROSENO**



www.renatoroseno.com.br



[/RenatoRoseno50](https://www.facebook.com/RenatoRoseno50)



[@renatoroseno](https://twitter.com/renatoroseno)



www.telegram.me/renatoroseno



[@renatoroseno](https://www.instagram.com/renatoroseno)



contato@renatoroseno.com.br



(85) 99864.5050 // (85) 3277.2792



Av. Desembargador Moreira, 2807 -
Dionísio Torres - Gabinete 314,
Fortaleza-CE // CEP: 60170-900